



---

Comunicação Oral - Eixo 3: Políticas, Gestão E Avaliação Pós-LDBEN

## **A POLÍTICA E A GESTÃO DO PROCESSO ALFABETIZADOR DA CRIANÇA: DESAFIOS ÀS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO SUL-MATO-GROSSENSSES**

Silvia Cristiane Alfonso Viédes – UFGD\*  
Maria Alice de Miranda Aranda - UFGD\*\*  
José Edson Barbosa de Moraes – PMA\*\*\*

---

**Resumo:** A presente pesquisa tem por tema a política e a gestão do processo alfabetizador da criança e por objeto, o fortalecimento da alfabetização nos três primeiros anos iniciais em rede municipal de ensino. O objetivo é analisar os desafios para a política e a gestão do processo alfabetizador da criança em redes municipais de ensino de Mato Grosso do Sul. Como metodologia de pesquisa, tem natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e documental. Como resultados, espera-se com este artigo contribuir para o desdobramento da política e da gestão do processo alfabetizador em rede municipal de ensino, considerando as rupturas dos Programas e Projetos para alfabetização da criança, além das concepções de formação docente e alfabetização que persistem alguns desafios para se superar, com destaque a uma concepção técnica, verticalizada e transmissiva de formação, o que dificulta a mobilização dos professores enquanto gestores do processo alfabetizador a favor de mudanças em suas práticas e em suas próprias concepções.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Gestão do Processo Alfabetizador da criança. Política Educacional.

### **Introdução**

Estudos relativos ao processo alfabetizador da criança propõem o tema da gestão e da política educacional com enfoque às ações da escola pública de Educação Básica, em específico à etapa denominada Ensino Fundamental, nos anos iniciais, em relação aos encaminhamentos para a alfabetização da criança, oriundos do Ministério da Educação (MEC) e outros organismos nacionais e internacionais afins. Para tanto, é fundamental compreender a centralidade da gestão do processo alfabetizador da criança, que abrange a alfabetização como direito e dever do Estado, a validade e os limites das políticas educacionais e a gestão na atuação do processo alfabetizador e do contexto organizacional.

A alfabetização, processo detido de complexidade, ecletismo e consubstanciado a raízes históricas, sociais e epistemológicas, relacionado ao direito de aprender a ler e escrever representa na vida do sujeito a inclusão social, cultural e política, motivo pelo qual se

---

\*Bolsista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados, em nível de Pós-Doutorado Júnior (PPGEDU/FUNDECT). Coordenadora do Projeto Rondon Alfabetiza na Escola Municipal Teodoro Rondon em Anastácio-MS.

\*\*Docente e Coordenadora do PPGEDU/UFGD. Supervisora da pesquisa.

\*\*\*Diretor da Escola Municipal Teodoro Rondon em Anastácio – MS.



espelha tanto no exercício pleno de cidadania, quanto no nível de desenvolvimento de uma nação em âmbito sociocultural e político:

O sentido do termo ‘alfabetização’ e de sua importância política e social pode variar, quando nos indagamos sobre os responsáveis pela persistência do analfabetismo ou sobre qual a melhor forma ou solução para enfrentar esse problema no plano pedagógico, político e epistemológico. Independentemente das diferenças, porém, é consensual tanto a defesa da alfabetização como direito humano fundamental quanto a necessidade de muitos esforços e muitos investimentos para que o usufruto desse direito seja assegurado a todos no Brasil e no mundo. (MORTATTI; FRADE, 2014, p. 13).

Tal citação refere-se à apresentação do livro “Alfabetização e seus sentidos. O que sabemos, fazemos e queremos?”, organizado pelas autoras Mortatti e Frade (2014), fazendo com que ao apreciar a alfabetização com sentido político e perceber essa variação do quanto é pauta relevante, muito revela sobre os responsáveis governantes e, assim, não é uma questão de fundo na gestão do processo alfabetizador da criança, mas deve ser percebida, destacada e problematizada.

O termo supracitado vem sendo discutido desde há mais de uma década, como produto do Projeto de Pesquisa intitulado “Política, Gestão e Monitoramento de Alfabetização em contextos escolares adversos”, vinculada ao Programa Observatório da Educação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (OBEDUC/CAPES), Edital 038/2010, que, entre muitos produtos, deu origem a dois Livros: “Política e gestão da educação básica: desafios à alfabetização” (SCAFF, LIMA e ARANDA, 2013) e “Política e gestão da educação básica: discussões e perspectivas acerca da alfabetização da criança” (ARANDA, SCAFF e LIMA, 2017).

São estudos que oportunizaram ao termo “gestão do processo alfabetizador da criança” o lastro científico e epistemológico, fundamentando o tratamento a ser dado ao tema da “Alfabetização” na Linha de Pesquisa “Políticas e Gestão da Educação Básica”, do PPGEdu/UFGD.

A gestão do processo alfabetizador da criança implica as tomadas de decisão sobre ações que venham contribuir com o êxito da alfabetização da criança em termos avaliativo, administrativo, pedagógico, político, cultural e de financiamento (ARANDA, 2013a, 2013b, 2014, 2017a, 2017b). É considerado um princípio orientador que analisa o processo alfabetizador da criança para além das ações gestão escolar; envolve o professor alfabetizador e a comunidade escolar e, assim sendo, é político, como alvo em movimento, em razão de seu caráter dinâmico, processual e complexo, uma vez que

se desenvolve no bojo de relações entre diferentes segmentos da sociedade, como preconiza Palumbo (1994).

Portanto, a alfabetização defendida por Viédes (2021) ratifica-se nessa pesquisa, por compreender que não se resume a pressuposto conceitual técnico, tampouco é entendida como tarefa apolítica. Alfabetização vai além do processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita em língua materna na fase inicial de escolarização e, assim, não está subsumida a métodos de ensino; envolve ações especificamente humanas e, portanto, políticas, caracterizando-se como dever do Estado e direito constitucional da criança.

Logo, a política e a gestão do processo alfabetizador demanda “[...] a formulação de meios e modos mais eficientes e eficazes para implementar ações, visando concretizar essa inserção/inclusão, a serviço de determinadas urgências políticas, sociais e educacionais” (MORTATTI, 2010, p. 330).

Nesse sentido, a presente pesquisa tem para a gestão do processo alfabetizador da criança problematizar os desafios locais ao se pensar em proposições para contribuir para a melhoria do desenvolvimento e da qualidade da alfabetização, por meio de ampliação de conhecimento acerca da gestão, política educacional e alfabetização, com enfoque à gestão do processo alfabetizador da criança.

### **A Política e a Gestão do Processo Alfabetizador da Criança em enfrentamento aos desafios das redes municipais de ensino sul-mato-grossenses**

Como argumenta Dourado (2007, p. 925), ao analisar a constituição e a trajetória das políticas educacionais e os processos de organização e de gestão da educação, esses são “[...] marcados hegemonicamente pela lógica da descontinuidade, por carência de planejamento em longo prazo que evidenciasse políticas de Estado em detrimento de políticas conjunturais de governo”. Logo, a história da política e da gestão do processo alfabetizador da criança no Brasil é, do mesmo modo que a história da alfabetização brasileira, marcada pela “[...] recorrência discursiva de mudança, indicativa da tensão constante entre permanências e rupturas, diretamente relacionadas a disputadas pela hegemonia de projetos políticos e educacionais”, como preconiza Mortatti (2010, p. 330).

Em aproximação dessas análises oportunizadas por Dourado (2007) e por Mortatti (2010), à realidade da composição dos Programas Nacionais voltados à alfabetização da criança brasileira, as mudanças nas políticas de alfabetização ocorridas no complexo movimento de rupturas e continuidades prosseguem atuantes no Brasil.



Mesmo que muitas destas tradições pareçam silenciosas ou silenciadas, continuam presentes e disseminadas suas questões de fundo, especialmente as que induzem professores e pesquisadores: ao entendimento *equivocado* segundo o qual alfabetizar é uma tarefa técnica e apolítica, cuja eficácia depende exclusivamente de métodos de ensino; e, correlacionadamente, ao também equivocado apagamento das relações (intrínsecas) entre alfabetização e política (MORTATTI, 2019, p. 68).

Esse complexo movimento de rupturas ocorridas nas políticas educacionais, com efeito cascata nos processos de organização e de gestão do processo alfabetizador, tem a face mais visível na disputa dos Programas Nacionais de alfabetização, em ênfase – ou negação – a determinado método de cada momento histórico, ao oficializar um programa que o torna hegemônico, como observa Mortatti (2019). Com efeito, acaba por induzir a professores e pesquisadores que alfabetizar é uma tarefa meramente técnica e apolítica, tentando dissociar essas relações entre alfabetização e política, o que não traduz a concepção de alfabetização assumida pelos autores dessa pesquisa.

Argumenta ainda Mortatti (2019) que, no caso da alfabetização e seus métodos, as permanências e continuidades são secularmente resilientes em relação às rupturas desejadas de cada momento, pois “não elaboraram compreensões completamente novas”, mesmo quando assumiam papel de propositores da mudança e das desejadas rupturas com o passado, “tampouco conseguiram anular os efeitos das tradições que herdaram e em cujo âmbito formulavam o novo” (*Ibid*, p. 64). Compreender os aspectos aqui apontados contribui para a discussão de políticas em contextualização à gestão do processo alfabetizador que representem formas de resistência e de luta para avanços nas relações democráticas e no cumprimento do dever constitucional como garantia ao direito de toda criança ser alfabetizada e, diante disso:

O compromisso científico demanda centralmente formular problemas teóricos como forma de compreender e explicar a realidade e com a necessária coragem de propor outros pontos de vista para transformação social, mesmo que discordantes do consenso sobre as aparentes obviedades, geradas pela ‘verdade científica inquestionável’, que, simultaneamente, gera e retroalimenta constantemente demandas imediatistas e soluções predeterminadas, com o objetivo de [simplesmente] eliminar os obstáculos à ‘melhoria’ desejada (MORTATTI, 2013, p. 22).

Outra sustentação teórica a respeito dos desafios à gestão do processo alfabetizador da criança consta no rol de produções analisadas na tese de Viédes (2021), que concebe os programas de alfabetização relacionados com o Estado, em estreitamento ao controle como programas compensatórios padronizados pela lógica de política internacional, com foco na descentralização e fundamentados na formação centrada em prática docente.

Nesse sentido, Mancin (2020), Ramos (2019), Alferes (2017) consideram a análise do processo alfabetizador da criança no bojo do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade



Certa (Pnaic) em destaque à mais similitudes do que diferenças entre os programas anteriores e mais descontinuidades do que continuidades, considerando-os num processo intermitente de descontinuidades.

Viédes (2015) enfatiza que a consciência dos professores alfabetizadores precisa de revitalização para que compreendam que as políticas de alfabetização estão subsumidas à eles, e não o contrário.

Silva, Carvalho e Silva (2016) analisam as políticas de formação de professores alfabetizadores no Brasil, materializadas pelo Pnaic e concluem que essa intervenção formativa aposta nos modelos de avaliação de larga escala como objetivo estratégico que produz esforços na direção de uma docência em inovação permanente, “apropriada para os regimes de inspiração neoliberal, predominantes nas políticas de escolarização mobilizadas no país” (SILVA, CARVALHO e SILVA, 2016, p. 15).

Mortatti (2013) evoca reflexões sobre as políticas públicas de educação e de alfabetização, nas quais os resultados indicam tanto a ruidosa conquista de alguns avanços quanto o agravamento de muitos problemas históricos, entre os quais se destacam os decorrentes do silenciamento da discussão em torno do conceito restrito e rudimentar de alfabetização, no qual, em consonância com o modelo político neoliberal, fundamentam-se as políticas educacionais e correspondentes “sistemas de avaliação” de habilidades e competências de leitura e escrita. Nas palavras da autora, essas habilidades e competências é que se espera que os alunos aprendam, sendo elas definidoras da função do professor como mero “provedor de estratégias” para essa aprendizagem.

A pesquisa de Lima, Aranda e Lima (2012) analisa os condicionantes histórico-sociais das políticas educacionais no Brasil, o entendimento da participação como um dos canais do processo democrático e a gestão democrática da escola a partir da década de 1990, evidenciando a necessidade de processos emancipatórios e políticos da escola no Brasil - não condicionados por sua redução à lógica do mercado, mas, sim, orientados pelo processo de construção permanente da consciência coletiva.

Na atualidade dos Programas voltados à alfabetização da criança, tem-se no cenário sul-mato-grossense, a vigência das seguintes Políticas Educacionais de Alfabetização: a Política Nacional de Alfabetização, desse ponto em diante PNA, instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019 (BRASIL, 2019), que criou o Programa Nacional Tempo de Aprender para alfabetização da criança, conforme a Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020. (BRASIL, 2020) e, em âmbito estadual, instituiu-se o Programa MS Alfabetiza, por meio da Lei estadual nº 5.724, de 23 de setembro de 2021 (MATO GROSSO DO SUL, 2021).



Porém, por se constatar em literatura já mencionada, a contínua descontinuidade desses Programas e Projetos, tais rupturas acabam por fragilizar a alfabetização da criança. Além disso, alinhadas a um cenário pós-pandêmico, provocou muito mais retrocessos que avanços na educação.

Nesse sentido, propôr ao lócus escolar questões analíticas sobre política e gestão do processo alfabetizador da criança, pela envergadura de cunho teórico-metodológico possível para uma construção coletiva, é que se espera para constituir a base referencial da gestão do processo alfabetizador local, quando um programa ou projeto de governo se tornar preferível em detrimento à outro, ou quando dois Programas voltados à alfabetização contracenam em um mesmo território de disputas evidenciadas por matrizes teóricas divergentes.

Cabe mencionar que não é a primeira vez que a alfabetização da criança sul-mato-grossense sofre esse embate – dois Programas de Alfabetização, considerando os Programas Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) e o Programa Além das Palavras.

Em 2008, a Secretaria de Estado de Educação adotou o Programa Além das Palavras, por meio da Resolução/SED nº 2.147, de 15 de janeiro de 2008 (MATO GROSSO DO SUL, 2008), atestando a consultoria ao Instituto Alfa e Beto que forneceu, inclusive, os materiais utilizados na formação dos professores e coordenadores de área, os livros e cartilhas para os alunos e o suporte para avaliação do Programa (testes de leitura e programas de avaliação dos resultados).

Esse mesmo material é hoje comercializado pelo Instituto Alfa e Beto (IAB), organização instituída em 2006 que tem como diretor-presidente, o professor João Batista Araújo e Oliveira que promove o conceito de educação baseada em evidências e tem foco em intervenções voltadas para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental com ênfase na alfabetização e leitura, intrinsecamente relacionado ao Programa Tempo de Aprender. Em conformidade com Sousa (2014, p. 25):

[...] quando o Programa Além das Palavras foi adotado pela SED/MS, os 'limites da autonomia' dos professores, incluindo a minha, foram bem delimitados. O programa de alfabetização era detalhado e organizado em forma de roteiro, a formação era um treinamento para a utilização do material didático e do método fônico e a coordenação de área desempenhava um papel mais fiscalizador do que formador. [...] Se houvesse muitos alunos saindo-se mal nos testes, o problema seria 'de ensino', então a deficiência era do professor. Se alguns alunos não fossem bem, o problema era 'de aprendizagem' e a deficiência era, portanto, deles. O interessante é que, nesta perspectiva, o problema nunca chegava a ser do programa, ou do método.



Essa contextualização se faz necessária considerando que, na atualidade do estado de Mato Grosso do Sul, partilha-se o tempo presente, em grande medida ou em parte dela, de um mesmo cenário passado, evidenciado por Sousa (2014) ao detalhar a politicidade intrínseca vivenciada pelo Programa Além das Palavras (MATO GROSSO DO SUL, 2008), tal qual o Programa bolsonarista Tempo de Aprender, cuja concepção centra-se na proposição de um único método, o fônico. (BRASIL, 2020).

Apontada tal digressão, em 2012, o Estado de Mato Grosso do Sul também aderiu ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), instituído pelo Governo Federal por meio da Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, que assegura, entre as ações previstas, a integração e estruturação, "[...] a partir do eixo Formação Continuada de Professores Alfabetizadores, de ações, materiais e referenciais curriculares e pedagógicas do MEC que contribuam para a alfabetização e o letramento." (BRASIL, 2012, p. 23). Ou seja, os novos problemas em velhos dilemas se repetem na história da alfabetização da criança sul-mato-grossense e, conseqüentemente, em suas redes municipais de ensino.

Na pesquisa de Sousa (2014), constatou-se que em 2013, o estado de MS adotou oficialmente o método fônico do Programa Além das Palavras e, dada a implementação do Pnaic, os formadores "[...] repetiam o tempo todo: é para continuar com o Além das Palavras. Não é para ficar vendo níveis de escrita, isso não existe. O método do Programa é o que continua valendo. Não é para parar o Programa [Além das Palavras]." (SOUSA, 2014, p. 131). Além disso, Sousa (2014) apontou que os professores não perceberam as dissonâncias entre o programa estadual Além das Palavras, pautado no método fônico e na formação técnica, e o programa nacional Pnaic, compreendendo a alfabetização como um sistema notacional ou de representação, o que implica que tanto os elementos que o compõem como a relação entre tais elementos não são predeterminados (FERREIRO, 2011; MORAIS, 2012).

Viédes, Sousa e Aranda (2019) preconizam que no método fônico a alfabetização é conceituada como a aprendizagem de um código, o que significa que todos os elementos e suas relações estão predeterminados, sendo bastante que os sujeitos consigam discriminá-los (visual e auditivamente), memorizando-os por meio de uma técnica que seria ensinada por outrem que já conhece e utiliza o código, ao contrário do sistema notacional ou de representação. Sousa e Rocha (2019, p. 04) pontuam que:

O direcionamento dos encontros formativos do Pnaic no estado, à época, possivelmente contribuiu para essa não percepção, uma vez que a SED/MS conduziu as formações de um modo que não se evidenciasse a falta de afinidade teórica e se justificasse a adoção dos dois programas, simultaneamente, na mesma rede de ensino.

Observa-se que persistem alguns desafios para se superar a concepção técnica, verticalizada e transmissiva de formação, o que dificulta a mobilização do docente a favor de mudanças em suas práticas e em suas próprias concepções à gestão do processo alfabetizador da criança.

### **Considerações Finais**

Em que pese os desafios que a política e a gestão do processo alfabetizador da criança para as redes municipais de ensino, a emancipação da alfabetização da criança só será possível se construída com bases sólidas em conhecimento científico e, principalmente, com ações pensadas PELOS próprios – e não PARA os próprios gestores do processo alfabetizador, compreendido entre diretores, coordenadores e professores, como vem ocorrendo no cenário das políticas educacionais de alfabetização, desde o processo de redemocratização do país, razão pela qual tornar a política educacional de alfabetização consistente nos municípios brasileiros só contribui para elevar os índices de alfabetização, considerando a particularidade e a diversidade própria do local.

Tal conjunto de informações serviu de análise com fins de refinamento, desenvolvimento e esclarecimento de ideias, haja vista a problemática anunciada. Da mesma forma, serviu de constatação da relevância não só para a compreensão de questões atuais da política educacional em alfabetização, mas, também, para traçar os delineamentos das implicações da política e da gestão do processo alfabetizador da criança.

Outra questão a ser considerada é a respeito das consequências de se partir de uma dessas definições teóricas, que não são apenas terminológicas. Ao se conceber a escrita como código, privilegia-se o ensino, o método e a técnica. A formação do professor alfabetizador consiste, nessa abordagem, em um treinamento para utilizar eficazmente um método, ou em outras palavras, forma-se um técnico para ensinar uma técnica. Ao compreendê-la como sistema notacional, a aprendizagem e as formas com que o sujeito se apropria e (re)constrói conceitualmente seu significado são o que ganham relevância, considerando Ferreiro (2011, p. 19) ao pontuar que para o processo alfabetizador da criança “[...] sua aprendizagem se converte na apropriação de um novo objeto de conhecimento, ou seja, em uma aprendizagem conceitual.”

Nesse sentido, o professor alfabetizador ancorado nessa perspectiva, permite-se compreender os processos de aprendizagem, as teorias que explicam como os sujeitos aprendem com o propósito de criar e recriar práticas que facilitem e medeiam essa apropriação, levando-se em consideração cada sujeito em sua singularidade, o que não





permitiria, por extensão, a aplicação de um único método a todos os alunos, sem diferenciação.

Professores alfabetizadores estes que fazem parte de uma rede municipal de ensino, lançados à mercê de programas e projetos em mote de contínua descontinuidade e crescente disputa de métodos, ancorados em sentido vertical pela imposição de leis, decretos e resoluções.

## Referências

ALFERES, M. A. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Uma análise contextual da produção da política e dos processos de recontextualização*. Tese (Doutorado em Educação). 244f. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Paraná, 2017.

ARANDA, M. A. M. O Pacto brasileiro de alfabetização nos municípios de Dourados-MS e Uberlândia-MG: política educacional e gestão escolar. *Laplage em Revista*. (Sorocaba), ISSN 2446-6220, vol.3, n.3, set.-dez. 2017a, p.164-177.

ARANDA, M. A. M. A política educacional com enfoque na alfabetização da criança. In: SCAFF, E. A. S.; LIMA, P. G.; ARANDA, M. A. M. (Orgs). **Política e gestão da educação básica: desafios à alfabetização**. 1 ed. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2013a.

ARANDA, M. A. M. Política Educacional e Gestão Escolar do Processo Alfabetizador. In: *VII Simpósio Internacional: o Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente*, Uberlândia: UFU, 2013b.

ARANDA, M. A. M.; LIMA, A. B. de. Política e gestão do processo alfabetizador: uma análise da implantação do pacto nacional pela alfabetização na idade certa em municípios brasileiros. In: XII Encontro de Pesquisa em Educação/ANPEd - Centro-Oeste. ISSN: 2177-4927. *Anais...* Goiânia – GO, 2014.

ARANDA, M. A. M.; LIMA, F. R.; TEIXEIRA, O. C. S. O processo alfabetizador da criança: gestão escolar e política educacional. In: ARANDA, M. A. M.; SCAFF, E. A. S.; LIMA, P. G. (Orgs.) *Política e gestão da educação básica: discussões e perspectivas acerca da alfabetização da criança*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2017b.

ARANDA, SCAFF E LIMA. *Política e gestão da educação básica: discussões e perspectivas acerca da alfabetização da criança*. Campo Grande: Fundect, 2017.

BRASIL. Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre o Programa Tempo de Aprender. Brasília, *Diário Oficial da União*, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Casa Civil. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. *Diário Oficial da União*, Brasília, Seção 1, Edição Extra – A, p. 15, 11 abr. 2019e.

BRASIL. Portaria nº 826, de 7 de julho de 2017. Dispõe sobre o Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa (Pnaic) e dá outras providências. Brasília, *Diário Oficial da União*, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. *Formação do professor alfabetizador*. caderno de apresentação. Brasília: MEC, SEB, 2012c.



FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da Língua Escrita*. 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FERREIRO, Emília. *Reflexões sobre Alfabetização*. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, P. G; ARANDA, M. A. M.; LIMA, A. B. Políticas educacionais, participação e gestão democrática da escola na contemporaneidade brasileira. *Revista Ensaio*, Belo Horizonte, v. 14 nº 01, p. 51-64. Jan-abr, 2012.

MANCIN, R. P. *Do Pacto Nacional Pela Alfabetização Na Idade Certa (Pnaic) ao Programa Mais Alfabetização (PMAIa): o novo ou tudo de novo?* Dissertação (Mestrado em Educação). 151f. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

MATO GROSSO DO SUL. Resolução/SED nº 2.147, de 15 de janeiro de 2008. Dispõe sobre o Projeto "Além das Palavras". *Diário Oficial do Estado*, Campo Grande, MS, 16 jan. 2008. Disponível em: < [http://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/DO7133\\_16\\_01\\_2008.pdf](http://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/DO7133_16_01_2008.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2013.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 5.724, de 23 de setembro de 2021. Institui o Programa MS Alfabetiza – Todos pela Alfabetização da Criança, cria o Prêmio Escola Destaque e dá outras providências. Campo Grande: *Diário Oficial Eletrônico* nº 10.642, Campo Grande, MS, 24 set. 2021.

MATO GROSSO DO SUL. Resolução /SED n. 2.509, de 4 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o Programa Além das Palavras. *Diário Oficial de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, 2012.

MORAIS, A. G. *Sistema de escrita alfabética*. São Paulo: Melhoramentos, 2012. (Como eu ensino).

MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 329-341, 2010.

MORTATTI, M. R. L. *Alfabetização, política e democracia: impactos do passado em pactos do presente. Em defesa de Paulo Freire como "Patrono da Educação Brasileira"*. *Perspectivas em diálogo*, Naviraí, v. 5, n. 10, p. 5-32, jul.- dez. 2018. Publicado em 15 mar. 2019. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/persdia/article/view/7174>. Acesso em: 08 ago. 2020.

MORTATTI, M. R. L. Letrar é preciso, alfabetizar não basta...mais? In: SCHOLZE, L.; ROSING, T., M. K. *Teorias e práticas do letramento*. Brasília: Inep, 2007.

MORTATTI, M. R. L. Um balanço crítico da "Década da Alfabetização" no Brasil. *Caderno Cedes*, vol.33, n.89, 2013. p. 293- 303. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v33n89/a02v33n89.pdf>. Acesso em: 12 de abr. 2014.

MORTATTI, M. R. L. Em tempos sombrios, a produção acadêmica brasileira sobre alfabetização: avaliação da qualidade e impacto científico e social. *Laplage em revista*, Vol. 4, Nº. 2, 2018.

MORTATTI, M. R. L.; FRADE, I. C. A. S. *Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?* Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014. 352p.

PALUMBO, D. J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: SOUZA, Eda C. B. Machado de (Org). *A avaliação e a formulação de políticas públicas em educação: Leituras complementares*. Brasília: MEC/UnB, 1994. p. 35-62.

RAMOS, M J. B. S. *Política Pública Educacional de Alfabetização – Implementação do Pacto Nacional Pela Alfabetização Na Idade Certa – Pnaic: o olhar dos sujeitos*. 154 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SCAFF, LIMA E ARANDA. *Política e gestão da educação básica: desafios à alfabetização*. Dourados: UFGD, 2013

SILVA, R. R.; CARVALHO, R. S; SILVA, R. M. D. Políticas contemporâneas de formação de alfabetizadores no Brasil: entre a potencialização dos desempenhos e a gestão pedagógica das inovações. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 15-35, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em: 18 maio. 2020.

SOUSA, S. N. ; ROCHA, C. R. C . Concepções de alfabetização e formação nos programas nacionais de formação de alfabetizadores no brasil. In: *39º Reunião Nacional ANPEd*, 2019, Niterói. GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita, 2019. v. 39. p. 1-7.

SOUSA, Sandra Novais. *O cenário educativo em Mato Grosso do Sul: as cores e o tom da alfabetização com os Programas “Alfa e Beto” e PNAIC*. 2014. 204f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, Campo Grande/MS, 2014.

VIÉDES, S. C. A. *Políticas públicas em alfabetização: o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no município de Anastácio - MS*. 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

VIÉDES, S. C. A; ARANDA, M. A. M.; SOUSA, S. N. A concepção de alfabetização em programas federais: tensões e (in)certezas da Política Nacional De Alfabetização (2016-2019). *REAE - Revista de Estudos Aplicados em Educação*, v. 4, n. 8, jul./dez. 2019.

VIÉDES, S. C. A. *Implicações da Política Educacional de Alfabetização para a gestão do processo alfabetizador da criança (2012-2019)*. Orientadora: Maria Alice de Miranda Aranda. 2021. 259f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados – MS: UFGD, 2021.